

O ensino universitário de Relações Públicas no Brasil: o papel e a visão dos coordenadores de curso

Escola de Comunicações e Artes,
Universidade de São Paulo

Maria Aparecida Ferrar
maferrar@usp.br

Ana Cristina da Costa Piletti Grohs¹
anacris.piletti@usp.br

¹ Bolsista convênio FAPESP/ CAPES* (processo nº 2014/ 26010-5). * “As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES”

Resumo

A falta de conhecimento das características dos cursos de graduação em Relações Públicas e das percepções dos coordenadores sobre o ensino-aprendizagem no Brasil tem dificultado o entendimento sobre o processo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013). Este estudo tem como objetivo conhecer o perfil dos cursos de Relações Públicas e, conseqüentemente as práticas exercidas pelos coordenadores no referido curso em todo o país. Foi realizado um levantamento com 53 coordenadores dos 66 cursos de Relações Públicas em funcionamento no Brasil. Os resultados mostraram que são necessárias mudanças em relação as condições de trabalho e que há necessidade de desenvolver competências de gestão para que os coordenadores exerçam de forma integrada e efetiva as funções políticas, gerenciais, acadêmicas e institucionais.

Palavras-chave:

Ensino Superior. Relações Públicas. Coordenadores. Gestão Acadêmica.

Abstract:

Knowledge gaps regarding the features and characteristics of undergraduate programs in Public Relations and the perceptions of coordinators with respect to the teaching and learning process pose important difficulties for understanding the processes required for implementing the National Curriculum Guidelines published during year 2013. The purpose of this study is to survey the structure and content of Brazilian Public Relations programs and the strategies and practices exercised by PR program coordinators. The study surveyed 66 PR programs and 53 coordinators. The results of the survey reveal that changes are required to current work conditions and that there is a need to develop managerial competencies which will enable coordinators to exercise political, institutional, administrative, and academic skills in an integrated and effective manner.

Keywords:

Higher Education. Public Relations. Coordinators. Academic Management.

Resumen

La falta de conocimiento de las características de las carreras de pregrado en Relaciones Públicas y las percepciones de los coordinadores acerca del proceso de enseñanza-aprendizaje en Brasil

ha dificultado la comprensión del proceso de implementación de las nuevas Directrices Curriculares Nacionales (2013). Este estudio tiene como objetivo conocer el perfil de las carreras de Relaciones Públicas y, en consecuencia, las prácticas llevadas a cabo por los coordinadores en todo el país. Fue realizado un estudio con 53 coordinadores de las 66 carreras en Relaciones Públicas en operación en Brasil. Los resultados demuestran que son necesarios cambios en las condiciones de trabajo y que existe necesidad de desarrollar habilidades de gestión para que los coordinadores ejerzan de forma integral y efectiva las funciones políticas, administrativas, académicas e institucionales.

Palabras-clave:

Enseñanza Superior. Relaciones Públicas. Coordinadores. Gestión Académica.

Introdução

Instituídas em 2013, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Relações Públicas visam aproximar a formação acadêmica da realidade profissional, assim como flexibilizar o currículo para atender às constantes modificações das práticas comunicacionais e organizacionais (RELATÓRIO CNE/CSE nº85/2013).

Comparada às resoluções anteriores que tratam da organização curricular dos cursos de Comunicação Social e de suas habilitações, alguns aspectos merecem destaque neste documento de 2013 como: a) maior autonomia do curso de Relações Públicas em relação às demais habilitações da área de Comunicação Social; b) ampliação da carga horária do curso, agora com o mínimo fixado em 3.200 horas; c) maior ênfase na formação específica de Relações Públicas e em atividades práticas e laboratoriais.

No prazo de dois anos, os cursos devem implantar obrigatoriamente tais mudanças aos alunos ingressantes. Este processo envolve a revisão dos projetos político pedagógicos dos cursos e das matrizes curriculares. Também é um momento oportuno para a discussão sobre o perfil do egresso e o planejamento didático dos cursos.

Um dos atores centrais nesta dinâmica educativa é o coordenador do curso. Ele é o profissional responsável pela articulação com os demais membros da Instituição de Ensino Superior (IES) e do curso, tais como dirigentes, professores e alunos. No entanto, até o momento, são poucos estudos sobre o perfil do relações-públicas e não encontramos nenhuma pesquisa sobre o perfil do coordenador nos cursos universitários de Relações Públicas no Brasil.

Com o objetivo de conhecer o perfil dos cursos e as práticas dos coordenadores nos cursos universitários de Relações Públicas no Brasil, este artigo está dividido em quatro seções: a) revisão da literatura sobre as características e funções do coordenador de curso no Ensino Superior; b) procedimentos metodológicos utilizados no levantamento com 53 coordenadores dos 66 cursos de graduação em Relações Públicas existentes no Brasil; c) apresentação e discussão dos resultados sobre o perfil dos cursos, rotina e prática dos coordenadores dos cursos de Relações Públicas no Brasil; d) considerações finais e recomendações para a continuidade do estudo sobre o ensino universitário das Relações Públicas.

Coordenadores de curso: características e funções

Franco (2002) considera a coordenação ou direção de curso do Ensino Superior como o setor responsável pela gestão e pela qualidade intrínseca do curso. Este autor também destaca quatro requisitos básicos para o exercício da função de coordenador de curso. São elas:

1. Titulação necessária, ou seja, que o coordenador apresente título de mestrado e/ou doutorado para liderar docentes com similar titulação;
2. Regime de trabalho que permita maior dedicação ao curso, ou seja, quarenta e quatro horas semanais de atividades, principalmente se o curso funcionar em mais de um turno;
3. Atuação docente, isto é, que o coordenador ministre aulas no curso que dirige com o objetivo de manter maior contato acadêmico com os alunos do curso que dirige;
4. Competência gerencial com o objetivo de fazer com que o curso seja bem administrado.

Além disso, Franco (2002) destaca que o coordenador deve ser uma pessoa ética, empenhada em sua formação contínua, com bom relacionamento profissional e grandes expectativas. Para identificar as responsabilidades e atribuições dos coordenadores de cursos no Ensino Superior, Franco (2002) classificou-as em quatro funções distintas como mostra o Quadro 1:

Funções políticas	<p>Exercer a liderança por meio do reconhecimento na área de conhecimento do curso, produções acadêmicas e outras realizações no campo</p> <p>Ser um “animador” de professores e alunos, ou seja, ter atitude estimuladora, proativa, congregativa, participativa e articuladora</p> <p>Ser um representante do seu curso, isto é, internamente integrado às normas e regulamento da instituição e externamente proporcionando visibilidade para o curso na sociedade</p> <p>Ser um promotor permanente do desenvolvimento e do conhecimento do curso na IES e na sociedade conhecendo os diferenciais do curso que coordena</p> <p>Manter articulação com organizações de toda a natureza que possam contribuir para o desenvolvimento do curso, da prática profissional dos alunos e para o enriquecimento do próprio currículo</p>
Funções gerenciais	<p>Supervisionar as instalações físicas, laboratoriais e equipamentos do curso</p> <p>Indicar a aquisição de livros, materiais especiais e assinatura de periódicos necessários para o desenvolvimento do curso</p> <p>Estar conectado com as novidades bibliográficas e prover os docentes com os catálogos de editoras</p> <p>Atentar que a IES defina, anualmente, a dotação orçamentária do curso</p> <p>Conhecer o movimento da biblioteca quanto aos empréstimos e às consultas seja por parte dos professores, funcionários vinculados ao curso e alunos</p> <p>Deve ser responsável pelo estímulo e controle da frequência docente</p> <p>Deve ser responsável pelo estímulo e controle da frequência discente</p> <p>Conhecer as razões que estejam determinando a faltas dos discentes</p> <p>Ser responsável pela indicação da contratação de docentes e pela indicação da demissão deles</p> <p>Ser responsável pelo processo decisório do seu curso</p> <p>Ser responsável pela adimplência contratual dos alunos do seu Curso</p>
Funções acadêmicas	<p>Ser o responsável pela elaboração e execução do Projeto Pedagógico do curso</p> <p>Ser responsável pelo desenvolvimento atrativo das atividades escolares como utilizar tecnologia educacional, oportunizar a junção entre teoria e prática, etc.</p> <p>Ser o responsável pela qualidade e pela regularidade das avaliações desenvolvidas em seu curso</p> <p>Cuidar do desenvolvimento das atividades complementares em seu curso</p> <p>Estimular a iniciação científica e de pesquisa entre professores e alunos</p> <p>Ser responsável pela orientação e acompanhamento dos monitores</p> <p>Ser responsável pela pelo engajamento de professores e alunos em programas e projetos de extensão universitária</p> <p>Ser responsável pelos estágios supervisionados e não-supervisionados</p>

Funções institucionais	Ser responsável pelo sucesso dos alunos do seu curso em avaliações institucionais Ser responsável pelo acompanhamento dos antigos alunos do curso Ser responsável pela empregabilidade dos alunos Ser responsável pela busca de fontes alternativas de recursos para o seu curso; Ser responsável pelo reconhecimento de seu curso e pela renovação periódica desse reconhecimento por parte do Ministério da Educação – MEC Ser responsável pelo sucesso dos seus alunos nos Exames de Ordem, Testes Profissionais e assemelhados Ser responsável pelo vínculo da regionalidade do seu curso
------------------------	---

Quadro 1 – Funções do Coordenador de Curso
 Fonte: a partir de Franco (2002)

Observa-se que as responsabilidades descritas não podem ser generalizadas para todos os tipos de Instituições de Ensino Superior. Estas estão mais próximas das características dos coordenadores das IES privadas, do que das universidades públicas. As condições de trabalho, o tamanho do curso em termos de número de alunos e a estrutura da coordenação e da Instituição de Ensino Superior também devem ser considerados quando se analisa o papel e o trabalho do coordenador de curso.

Em estudo em uma universidade do Rio Grande do Sul, Marcon (2011) verificou que os coordenadores tendem a realizar atividades originadas mediante demandas imediatas e, muitas vezes, deixam de concentrar-se em atividades de natureza estratégica. As atividades burocráticas tais como: enviar e-mails, assinar documentos, alimentar sistemas de informação poderiam ser realizadas por profissionais técnico-administrativos, permitindo que os coordenadores pudessem concentrar seus esforços em atividades como atualização e avaliação constante do projeto do curso, programação acadêmica, gerenciamento do colegiado do curso, etc. Marcon destaca que:

as ações dos coordenadores de cursos de graduação, influenciam nas ações dos demais envolvidos no processo de transformação das condutas dos estudantes em condutas profissionais adequadas para intervirem na sociedade e, esse motivo, justifica também, a necessidade de desenvolver um processo de capacitação do docente para ser coordenador. Essas mudanças são necessárias e precisam ocorrer de acordo com o que é preciso acontecer na organização, para garantir a qualidade do serviço que oferece à sociedade (MARCON, 2011, p.11)

Assim, além dos saberes da área do conhecimento, dos saberes didático pedagógicos e dos saberes da experiência necessários para a formação do professor universitário de que tratam Pimenta e Anastasiou (2010), verifica-se ainda a necessidade dos saberes gerenciais aos docentes que exercem também a função de coordenador de curso. A seguir, apresenta-se a pesquisa realizada nos cursos de Relações Públicas no Brasil, considerando a percepção deste profissional: o professor-gestor, ou seja, o coordenador de curso.

Procedimentos metodológicos

Em consulta na base de dados do E-Mec, da Abrapcorp e por meio de contatos telefônicos foram mapeados 66 cursos de Relações Públicas em funcionamento no Brasil no ano de 2014, ou seja, 06 cursos a menos do que em 2013 de acordo com dados do INEP (2013). Entre o período de maio a agosto de 2014, foi organizado um *mailing* com os contatos dos coordenadores. Um questionário estruturado com 36 questões subdivididas em 04 seções (perfil da instituição e do curso, perfil do coordenador, rotina de trabalho e concepção pedagógica) foi elaborado para a aplicação *on line*. Utilizou-se a plataforma *Survio* para a aplicação do referido questionário que ocorreu no período de setembro a dezembro de 2014. Obteve-se, a resposta de 53 coordenadores do total dos 66 cursos mapeados; tal resultado mostrou que 80% dos

coordenadores participaram da pesquisa, o que leva a concluir que houve uma adesão positiva ao assunto em questão. A tabulação dos dados foi realizada com auxílio do programa estatístico *Minitab*.

Resultados e discussão

Perfil das Instituições de Ensino Superior e dos cursos

Em relação à categoria administrativa, 37 (70%) cursos são oferecidos em Instituições de Ensino Superior privadas e 16 (30%) em instituições públicas. Dos 53 coordenadores que participaram do estudo, 29 atuam em IES localizadas na região sudeste, 15 na região sul, 6 na região nordeste, 2 na região centro-oeste e apenas na região norte. A amostra foi representativa por região, considerando que as regiões sul e sudeste concentram o maior número de cursos de Relações Públicas no Brasil segundo dados do Inep (2013).

Dos 53 cursos pesquisados, identificou-se que 26 (49%) foram criados entre a segunda metade da década de 60 e a década de 70. Esta época foi marcada pela criação do primeiro curso universitário de Relações Públicas no Brasil (1967) e também pela promulgação da Lei 5.377/1967 que regulamentou a profissão no país.

Entre as décadas de 90 até 2010, outros 19 (36%) cursos foram criados no Brasil. Este período foi marcado pelo avanço na produção científica, fruto da expansão dos cursos de pós-graduação na área de Comunicação. Dos 39 Programas de Mestrado existentes em 2010, 33 foram criados a partir da década de 90 e dos 15 Programas de Doutorado, 12 foram criados a partir da década de 90 (GOMES, PINTO, ESCOSTEGUY, 2010).

A média de número de alunos nos cursos de graduação de Relações Públicas é de 172, no entanto, existem cursos com mínimo 05 e no máximo 618 alunos. Da mesma maneira o número médio de docentes com formação em Relações Públicas é de seis por curso, existindo curso com apenas um professor e outros cursos com até 18 docentes. Este é um aspecto importante que deve ser considerado na coordenação dos cursos e que está relacionado com os desafios que os coordenadores enfrentam, além dos esforços e tipo de funções que priorizam na gestão do seu curso.

Perfil do coordenador

Verificou-se que 36 (68%) coordenadores são mulheres e a idade média é de 45 anos. Geralmente atuam em média três anos na coordenação do curso. Além disso, 40 (75%) contam com pelo menos uma pós-graduação *lato sensu*, 51 têm título de mestre, satisfazendo quase na totalidade o primeiro critério apontado por Franco (2002) para o exercício da coordenação. 27 (51%) coordenadores concluíram o doutorado após 1998 e seis contam com pós-doutorado ou livre docência realizadas após o ano de 2008. A formação na pós-graduação *stricto sensu*, portanto, é posterior a LDB/1996 que prevê que a preparação pedagógica do docente universitário aconteça prioritariamente nos cursos de mestrado e doutorado.

Rotina de trabalho

Apenas um pesquisado dedica-se exclusivamente à coordenação do curso. Além da coordenação, 44 (83%) dos coordenadores ministram disciplinas no curso e 17 (32%) ainda coordenam outro curso. Sendo assim, o critério da atuação docente no curso que coordena (FRANCO, 2002) também é quase na sua totalidade atendido. As atividades de coordenação são as que mais consomem o tempo do profissional, chegando a média de 17 horas semanais. O ensino na graduação consome 11 horas em média, sendo reduzido o tempo para atividades

de pesquisa (3 horas) e de extensão (1,5 hora). Desta forma, faz sentido que os itens apontados pelos coordenadores como de maior insatisfação na Instituição onde trabalham foram: excesso de carga horária praticada, salário e apoio de fomento à pesquisa, bolsas e outros financiamentos (internos e externos). Neste ponto, percebe-se que ainda há necessidade de adequar o regime de trabalho às condições necessárias para o exercício pleno e de qualidade das funções de coordenação descritas por Franco (2002).

Em relação aos principais problemas enfrentados pelos coordenadores na gestão do curso estão: a baixa demanda de alunos para o curso de Relações Públicas, a falta de definição do papel e das atividades do coordenador e o absentéismo e atrasos de professores. Cabe as IES definirem e formalizarem o papel e responsabilidades dos coordenadores com o objetivo de conseguirem melhores resultados na gestão do curso. Também foram mencionados outros aspectos como a falta de infraestrutura e equipamentos para as atividades práticas e a burocracia excessiva das IES. Outra preocupação apontado por 24 coordenadores (45%) foi a dificuldade em encontrar docentes com formação em Relações Públicas. Os principais motivos relacionam-se a falta de titulação acadêmica e experiência na docência.

Algumas dificuldades citadas pelos coordenadores do curso de Relações Públicas são comuns aos coordenadores de outros cursos e instituições. Marcon (2011), por exemplo, identificou que os coordenadores têm dificuldade de reunir o corpo docente e agregar professores e discentes no projeto do curso e, também, falta tempo para gerenciar todas as demandas da coordenação. A falta de uma equipe de apoio ao trabalho do coordenador, da definição do que é atividade burocrática e estratégica e da preparação dos coordenadores para a função de gestor do curso também dificultam o trabalho deste profissional.

Concepção e prática educacional

Dos 53 coordenadores, 27 (51%) afirmaram participar de cursos de preparação pedagógica. Dos cursos citados pelos docentes, a maioria se destina a docência no ensino superior. Foi possível identificar apenas oito cursos de capacitação voltados para o campo da gestão e/ou liderança o que reforça a necessidade de ampliar a capacitação dos docentes gestores conforme foi apontado por Marcon (2011). Foram 34 (64%) coordenadores que afirmaram que a graduação não preparou para exercer a função de coordenador pedagógico, enquanto que 21 (40%) mencionaram que a pós-graduação, *stricto sensu*, preparou muito para o exercício das atividades de gestão. Neste ponto, há de se destacar que o campo das Relações Públicas por estar relacionado às atividades de gestão pode ter contribuído no preparo para a função gerencial dos coordenadores.

Sobre as orientações das novas Diretrizes Curriculares (RESOLUÇÃO nº 02/ 2013), identificou-se que os aspectos que precisam de maior adequação nos cursos são: incentivo à pesquisa, estágio supervisionado, avaliação do processo ensino-aprendizagem e a interdisciplinaridade. Tais atividades fazem parte da função acadêmica dos coordenadores que, em tal momento, demonstraram uma preocupação especial em adequar os cursos as exigências das novas Diretrizes.

Com relação a avaliação, 34 (64%) coordenadores indicaram que cada docente define o tipo de avaliação a ser aplicada em aula e 32 (60%) destacaram que as avaliações seguem critérios e padrões estabelecidos pela instituição. Este perfil está muito presente nas IES privadas que, além de se preocuparem com as avaliações internas, dedicam atenção especial às avaliações externas.

Para 34 coordenadores (64%) a última atualização/revisão do projeto político pedagógico dos cursos de Relações Públicas ocorreu entre os anos de 2012 e 2014, ou seja, período de formulação das novas Diretrizes. De fato, este foi um momento em que prevaleceu a função acadêmica dos coordenadores no trabalho de adequar o projeto pedagógico e, em seguida, de implantar e gerenciar tais mudanças nas turmas ingressantes. Cabe ainda ressaltar que, em

tal momento, o coordenador terá um trabalho dobrado no sentido de gerenciar dois projetos pedagógicos e diferentes matrizes curriculares em andamento.

Os coordenadores também avaliaram a orientação que realizam junto aos docentes nas atividades pedagógicas, entre elas verificou-se que eventos e estudos de casos são as ações mais realizadas, enquanto que jogos e simulações são as atividades que recebem menor atenção. Sobre este ponto verificou-se que a função do coordenador no desenvolvimento das atividades acadêmicas como na seleção das metodologias utilizadas em sala de aula, é fundamental para promover e incentivar novas práticas didáticas.

Entre as funções institucionais dos coordenadores de curso está o acompanhamento dos egressos do curso e a preocupação com a empregabilidade dos futuros profissionais. Embora esta primeira fase do estudo não tenha verificado se os coordenadores desenvolvem ações com os egressos, foi possível identificar quais características consideram relevante na formação dos estudantes como pode ser observado no Quadro 2.

<i>Formação em Relações Públicas</i>	
1º	Responsabilidade ética profissional
2º	Capacidade de analisar cenários, ter visão empreendedora e ser criativo
3º	Capacidade de planejar e gerenciar projetos
4º	Domínio das teorias e técnicas de Relações Públicas
5º	Capacidade de articular e aplicar a teoria à prática
6º	Abertura para trabalhar em equipe e com a diversidade de pessoas
7º	Capacidade de liderar, tomar decisões e trabalhar em situações de pressão/ resiliência
8º	Domínio das novas tecnologias de comunicação

Quadro 2 - Características relevantes na formação do estudante de RP

Fonte: elaboração própria

No Quadro 2, verifica-se que a responsabilidade ética e profissional é a característica considerada mais importante na formação dos estudantes. Esta também é destacada nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais e também foi considerada a mais importante por 10 executivos de comunicação entrevistados em estudo coordenado por Ferrari *et al* (2014, 2015).

No caso da docência em Relações Públicas, o Quadro 3 mostra quais são as características relevantes na contratação dos docentes, segundo os coordenadores que participaram da pesquisa.

<i>Docência em Relações Públicas</i>	
1º	Domínio da área de conhecimento
2º	Comprometimento
3º	Relacionamento interpessoal e comunicação
4º	Conhecimento didático-pedagógico
5º	Proatividade
6º	Flexibilidade
7º	Criatividade

Quadro 3 – Características dos docentes de Relações Públicas

Fonte: elaboração própria

No Quadro 3 observa-se que o domínio na área do conhecimento específico em Relações Públicas ainda é o critério mais importante para a contratação de docentes, segundo os coordenadores. O comprometimento aparece em seguida e parece estar relacionado ao absentismo e atrasos dos docentes, como foi identificado pelos coordenadores. O conhecimento didático pedagógico, um dos mais relevantes para a prática da docência, apareceu em quarto lugar reforçando que é um saber que deve ser valorizado na contratação de docentes universitários, em especial, em cursos de bacharelado.

Enfim, este documento apresenta alguns resultados encontrados na primeira etapa do estudo sobre o processo ensino-aprendizagem em andamento, coordenado por Ferrari *et al* (2014, 2015). Para compreender o processo educativo nas suas diferentes perspectivas diante das demandas advindas das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), a visão dos coordenadores é essencial, uma vez que eles exercem funções no âmbito institucional, acadêmico, gerencial e político (FRANCO, 2002) em um curso e em uma IES.

Considerações Finais

Conhecer a realidade dos cursos universitários de Relações Públicas no Brasil e as funções e percepções dos coordenadores contribuiu para compreender quais são os desafios diante a implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013). Afinal, o coordenador do curso é o agente influenciador nas ações dos demais envolvidos na formação dos estudantes de graduação, como destacou Marcon (2011).

Esta análise inicial apresentou uma descrição geral dos cursos de Relações Públicas no Brasil. Hoje, eles são oferecidos em maior número por Instituições de Ensino Superior Privadas e estas estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste.

Dos requisitos básicos para o exercício da função de coordenador apresentados por Franco (2002), ainda são necessários ajustes em relação ao regime de trabalho e a competência gerencial.

O regime de trabalho é um ponto que deve ser reavaliado para que o coordenador possa efetivamente exercer suas funções de gestor com mais qualidade. Há um desequilíbrio entre o número de horas dedicadas à pesquisa e as atividades de extensão e o número de horas dedicadas a outras funções como a coordenação e a docência. Além disso, o excesso de atividades burocráticas limita a atuação do coordenador em detrimento das ações estratégicas. Talvez o desequilíbrio mencionado anteriormente seja ocasionado pela falta de definição do papel e das funções do coordenador em grande parte das instituições de ensino.

A competência gerencial pode ser desenvolvida por meio de programas de capacitação em gestão e liderança e os resultados revelaram que este tipo de preparação ainda é tímido nos cursos pesquisados. O apoio de uma equipe técnica administrativa é outro aspecto relevante para que o coordenador possa exercer sua função gerencial de forma estratégica.

Para exercer as funções políticas, gerenciais, acadêmicas e institucionais (FRANCO, 2002) de forma integrada e efetiva é necessário, portanto, o apoio dos dirigentes da IES e contar com condições de trabalho adequadas (infra-estrutura, salário, carga horária, autonomia, apoio financeiro a atividades de extensão, pesquisa e aperfeiçoamento, apoio técnico administrativo). Os conhecimentos em gestão podem contribuir na análise do cenário dos cursos e na definição de prioridades dos coordenadores.

No momento da adequação dos cursos às novas Diretrizes Curriculares, por exemplo, as funções acadêmicas exigirão maior atenção dos coordenadores. Para os coordenadores que identificaram a baixa demanda de candidatos para o curso de Relações Públicas como um dos principais desafios do curso, talvez os esforços concentrem-se nas funções políticas. Em momentos de avaliações e reconhecimento dos cursos pelos órgãos do Ministério da Educação, as funções institucionais tomarão maior atenção. Por outro lado, as funções gerenciais devem ir além das atividades rotineiras e concentrarem-se no processo de definição de estratégias e tomada de decisões sobre o curso. Por isso, o desafio do gestor de curso é equilibrar tais atividades, como destaca Marcon (2011):

ser gestor de curso é uma função que deve ser planejada e os responsáveis por ela devem ser preparados, pois planejar estratégias relacionadas a formação profissional e implementá-las é uma tarefa complexa e é necessário combinar aspectos técnicos e políticos que requerem habilidades gerenciais que precisam ser desenvolvidas,

aprendidas e são relevantes para a realização do trabalho de coordenador de curso e da própria instituição (MARCON, 2011, p. 11)

Destaca-se ainda que este estudo faz parte de uma pesquisa ampla sobre o processo ensino-aprendizagem dos cursos de Relações Públicas do Brasil e que inclui, numa próxima etapa, a percepção dos docentes e a análise de suas práticas pedagógicas.

Enfim, um mapeamento dos cursos universitários de Relações Públicas no Brasil sem dúvida é vital para servir de base para que coordenadores e dirigentes das instituições de ensino possam tomar decisões estratégicas relacionadas à qualidade dos cursos e a sua adequação às necessidades do mercado e da sociedade contemporânea.

Referências

- Brasil (1967). Lei nº 5. 377 de 11 de dezembro de 1967. Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/LEIS/1950-1969/L5377.htm> Acesso em 08/out./2015.
- Brasil (1996). Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 05/out./2015.
- Brasil (2013). Relatório CNE/ CES nº 85/ 2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Relações Públicas. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14115-pces085-13&Itemid=30192> Acesso em 08/ out./2015
- Brasil (2013). Resolução CNE/ CES nº 2 de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14243-rces002-13&Itemid=30192> Acesso em 08/ out./2015
- Ferrari, M. A. et al (2014, 2015) Didática e Metodologias de ensino no curso universitário de Relações Públicas: um estudo Nacional. Projeto de pesquisa em andamento, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes.
- Franco, E. (2002). Funções do Coordenador de Curso: Como “Construir” o Coordenador Ideal. ABMES Cadernos 8. Disponível em< <http://www.abmes.org.br/abmes/publicacao/detalhe/id/45>> Acesso em 22/abr./2016.
- Gomes, I. M. M.; Pinto, J.; Escosteguy, A. C. (2010). Antecedentes, tendências e perspectivas da Pós-Graduação em Comunicação. In: CASTRO, D.; MELO, J. M.; CASTRO, C.. **Panorama da Comunicação e Telecomunicações no Brasil**. Vol. 2. Brasília, DF: Ipea, p. 71-87.
- Inep (2013). Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses estatísticas da educação superior – graduação (1995–2013). Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em 08/out./2015.
- Marcon, S. R. A. (2011) . Atribuições dos cargos de coordenação e subcoordenação de cursos de graduação. IX Congresso Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis. Disponível em< <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/29298/5.50.pdf?sequence=1>> Acesso em 06/maio/2016.
- Pimenta, S. G.; Anastasiou, L. G. C. (2010). **Docência no ensino superior**. 4 ed. São Paulo: Cortez.